

COMENTÁRIO DA PROPOSTA DE REDAÇÃO – ENEM 2018

Em sua 20ª edição, o Exame Nacional do Ensino Médio contemplou como proposta de Redação o tema “MANIPULAÇÃO DO COMPORTAMENTO DO USUÁRIO PELO CONTROLE DE DADOS NA INTERNET”, uma discussão extremamente relevante em se tratando da utilização em larga escala da rede mundial de computadores. O comando da proposta, diferentemente dos seis anos anteriores, não se restringiu ao Brasil, permitindo também uma abordagem mundial do tema, embora, para alguns alunos, fosse presumivelmente mais fácil discutir essa circunstância com base no contexto brasileiro, principalmente no que tange à intervenção. Ambas as possibilidades estão corretas. Caso a abordagem tenha sido global, deveria ter havido o cuidado de não restringir a solução para o Governo brasileiro, no tocante a alguma lei nacional, por exemplo. O importante é que, mais uma vez, o tema foi perfeitamente executável a partir de uma lógica cooperativa de condução do texto dissertativo-argumentativo que treinamos ao longo do ano, combinando aspectos que envolvessem, a título de ilustração, a formação de valores doméstica em prol de uma educação com senso crítico, que inviabilize manipulações via web; a atuação escolar na consolidação desses princípios e na promoção de uma mentalidade de prudência e criticismo para a convivência com os estímulos advindos da internet; a participação de setores socialmente engajados da imprensa na tentativa de alertar a comunidade sobre os riscos de uma intensa e descuidada atuação na rede mundial; bem como do poder público, que tem papel fundamental no que concerne aos informes educativos para a população que sejam capazes de prevenir a manipulação do comportamento dos usuários da rede a partir do conhecimento prévio de suas preferências ou de seus anseios já demonstrados em algum momento na web e capturados para satisfazer interesses manipuladores.

Vejamos algumas considerações para contextualizar a proposta:

A escolha desse tema pode ter sido motivada por diversos fatores, dentre os quais destaco que, em 2018, uma comissão parlamentar britânica solicitou o comparecimento do fundador e presidente do Facebook, Mark Zuckerberg, para esclarecer o uso ilícito de informação pessoal de usuários da rede social supostamente empregado pela empresa Cambridge Analytica.

O comitê perguntou insistentemente ao Facebook como as empresas adquirem e retêm informação dos usuários e, em particular, se utilizam tais dados sem consentimento. O Facebook admitiu que algumas informações de seus usuários foram usadas ilegalmente, o que levou a uma queda no valor de suas ações. Com essas informações, a empresa Cambridge Analytica teria criado um programa destinado a prever e influenciar o voto dos eleitores. Um dos clientes dela era o então candidato à presidência dos Estados Unidos, Donald Trump.

O interesse nas atividades de Cambridge Analytica foi redobrado após a transmissão de uma reportagem do Channel 4. Ela mostrava diretores da empresa dizendo a um jornalista, disfarçado como um potencial cliente, como desacreditar seus rivais políticos, envolvendo-os com prostitutas ou subornos, o que abre margem para se discutir, inclusive, como fake news podem ser utilizadas quando empresas têm a posse desses dados de usuários da internet. Elas têm a possibilidade, por exemplo, de criar falsas notícias que exponham justamente o que os leitores querem ler ou ouvir.

Em todo o mundo, empresas, agências governamentais e partidos políticos estão explorando redes sociais para manipular anseios, difundir notícias falsas e desinformação, exercer censura e controlar e minar a confiança na mídia, nas instituições públicas ou na ciência. Em um tempo em que o consumo de informações é crescentemente digital, inteligência artificial, coleta e análise de dados e algoritmos – caixas-pretas – estão sendo alavancados para sugerir escolhas, desafiar a verdade e a confiança, pilares da sociedade democrática.

Agora, vamos, de fato, à Redação de hoje. No comando da proposta (“MANIPULAÇÃO DO COMPORTAMENTO DO USUÁRIO PELO CONTROLE DE DADOS NA INTERNET”), tivemos uma restrição temática que provavelmente não terá sido desenvolvida de forma satisfatória por muitos brasileiros; o tema foi difícil sim. Nesse tocante, entendo que possam ter ocorrido alguns tangenciamentos do tema por alunos que não tenham observado as especificidades da proposta e a sinalização dos textos de apoio. É importante deixar claro que essa proposta não sugere uma redação sobre fake news, que era uma expectativa de muitos estudantes, apesar de não ser necessariamente equivocado mencionar esse tipo de estratégia como mais um meio de manipulação utilizado na internet. O vocábulo “MANIPULAÇÃO” precisava ser observado com atenção. A paráfrase dessa palavra poderia envolver, por exemplo, os verbos “manejar”, “influenciar”, “sugestionar”, “falsear”, “adulterar”. Se você não tivesse lembrado relações sinonímicas para esse termo, não haveria problema em repeti-lo como palavra-chave. Isso vale para o restante do comando, o qual não poderia ser copiado, mas sim diluído na introdução do seu texto. Você poderia, por exemplo, ter tratado da “influência na conduta de internautas em face da observação de dados confidenciais expostos na rede mundial de computadores”.

Sua TESE poderia ocorrer, preferencialmente, por culpabilidade ou sugestão antecipada, em que você responsabilizasse o poder público (Estado) e setores da sociedade civil, como núcleos familiares e ambientes educacionais, por contribuir para a fácil manipulação de alguns usuários da internet desprovidos de senso crítico suficiente para perceber tentativas de influência ilegítima em seu comportamento ou sugerisse uma atuação mais empenhada desses pilares sociais em prol de uma educação satisfatória para a interatividade na internet, capaz de reconhecer qualquer viés de manipulação.

No que tange aos TEXTOS DE APOIO, vejamos algumas considerações:

**TEXTO I:** fazia alusão a um serviço de música digital que gera uma lista personalizada de músicas baseado em um algoritmo capaz de analisar os movimentos dos usuários na internet para perceber suas predileções e influenciar seu gosto musical a partir disso.

**TEXTO II:** também explicitava a filtragem de dados processada por algoritmos a partir da sinalização de usuários em interações na internet. Alertava para o fato de estarmos “caminhando para um estágio em que a máquina é que decide qual notícia deve ou não ser lida”.

**TEXTO III:** trazia dados estatísticos variados acerca da utilização da internet no Brasil em 2016. É um texto importante para legitimar abordagens redacionais que se tenham restringido ao contexto brasileiro. No entanto, como já alertei, também era possível fazer uma abordagem mundial.

**TEXTO IV:** abordava o fato de sermos expostos a informações que podem mudar nosso comportamento, como notícias sob títulos chamativos como “trending topics”, sem que possamos saber como esses tópicos são filtrados, o que poderia gerar uma “obediência influenciada”.

Em termos argumentativos, era importante você se questionar por que tantas pessoas estão suscetíveis a empresas que tentam manipular, influenciar de maneira ilegítima, suggestionar ou adulterar opiniões, gostos ou anseios. Obviamente, é escassa uma EDUCAÇÃO PARA A VIDA EM REDE, O SENSO CRÍTICO DE MUITAS PESSOAS É REDUZIDO E AS IMPEDE DE PERCEBER AS TENTATIVAS DE MANIPULAÇÃO. Nesse cenário, como se comportam muitas famílias e escolas quando se trata de ORIENTAR sobre os riscos de uma interatividade virtual muito intensa? Há efetivamente educação para que se lide com tantos estímulos na web? No âmbito do poder público, o Marco Civil e a Lei de Crimes Cibernéticos, por exemplo, são do conhecimento de todos? Manipular dados sem consentimento do usuário é ilegal! Estão realmente aplicadas as determinações desses dispositivos no contexto cibernético brasileiro? Os informes educativos governamentais são satisfatórios no alerta contra a manipulação virtual? Há o que ser feito por núcleos familiares, ambientes escolares, setores da imprensa socialmente engajados ou até pelo Governo Federal no tocante à prevenção, ao acesso à informação ou à construção de um senso crítico que inviabilize que empresas se utilizem de anseios que as pessoas tenham deixado explícitos na internet para, por meio desses dados, construir publicidades, vender ideias ou até projetar candidatos a cargos eletivos? Essa era a base para a utilização, nesse tema específico, de nossa metodologia cooperativa trabalhada ao longo do ano.

A extrapolação desses textos de apoio apresenta uma versatilidade muito grande de opções, que envolvem, por exemplo, desde o evento jornalístico já mencionado que envolveu o Facebook em 2018 até a alusão ao Marco Civil da Internet, à Lei de Crimes Cibernéticos (Lei Carolina Dieckmann), além da citação de livros, séries, filmes, pensadores ou aforismos que legitimassem a importância da educação (no caso, voltada para a atuação na internet), o que configuraria repertórios interdisciplinares muito valorosos. Também trabalhamos exaustivamente certas citações nesse sentido.

A intervenção da sua Redação permitia, como treinamos durante o ano inteiro, um raciocínio de integração de ações detalhadas dos pilares sociais eventualmente abordados na introdução e no desenvolvimento para combater a manipulação de comportamentos humanos mediante o controle de dados na internet, a partir de pelo menos um agente acompanhado de ação, meio, detalhamento e finalidade. Nessa lógica, você poderia mencionar a atuação do poder público para o cumprimento efetivo das leis que regulam o uso da internet envolvendo, a título de ilustração, informes educativos que tentem fomentar o senso crítico dos internautas para diminuir a suscetibilidade deles à manipulação comportamental; os incentivos às denúncias de descumprimento das leis; a disponibilização de sites ou a ampliação de disque-denúncias para facilitar o ativismo cidadão quando flagrantemente uma empresa tentar manipular condutas via internet. Ademais, seria conveniente mencionar ações que envolvessem ambientes familiares, instituições educacionais e até setores da imprensa na tentativa de promover uma cultura de valorização da educação para a vida em rede, a fim de enfrentar esse universo de estímulos que compromete escolhas livres. Isso poderia ser viabilizado, à guisa de exemplificação, por meio de diálogos e debates constantes sobre o assunto, aulas expositivas, palestras, seminários, feiras culturais, peças teatrais, documentários ou reportagens em série acerca de casos concretos de manipulação. Você poderia mencionar, outrossim, que cabe aos indivíduos já cientes desse tipo de tentativa manipuladora engajar-se na luta contra tais falseamentos e sestionamentos ilegítimos, sobretudo por meio das redes sociais, importante mecanismo de difusão de ideias, levando ao conhecimento dos demais cidadãos brasileiros (ou não) a importância de lidar com os diversos estímulos advindos da internet sem necessariamente se influenciar por eles. É isso.

Pessoal, essas reflexões não consistem no gabarito da Redação; sugeri apenas possibilidades de abordagem desse tema merecedor de maiores debates no Brasil e no restante do mundo. Entendo que essa temática nos beneficiou bastante, uma vez que, quando os temas são de difícil abordagem como este, o fato de termos uma metodologia de escrita nos coloca em vantagem quanto ao gerenciamento do tempo de prova e da criação de argumentos e intervenções. Manifesto minha mais absoluta confiança no bom desempenho redacional de vocês. Vamos esperar o nosso excelente resultado. Forte abraço; estou na torcida.